

Operação realizada com sucesso. Protocolo:  
3473502920220503160705

## Processo 0818029-87.2021.8.23.0010 ☆ - (301 dia(s) em tramitação)

**Classe Processual:** 7 - Procedimento Ordinário

**Assunto Principal:** 10441 - Acidente de Trânsito

**Nível de Sigilo:** Público

**Selos:**

**Simplificar:** <https://simplificar.tjrr.jus.br/fluxos-da-area-judicial>

### Informações Gerais

Vínculos (0)

### Informações Adicionais

### Partes

### Movimentações

### Apensamentos (0)

#### Realces

**Realçar  
Movimentos  
de:**

☐

Magistrado

☐

Servidor

☐

Advogado

☐

Membro  
MP

☐

Defensor

☐

Procurador

☐

Outros

☐

Audiência

**Ocultar  
Movimentos:**

☐

Inválidos

☐

Sem  
Arquivo

☐

Hab.  
Provisória

#### Filtros

**Movimentado Por:**

☐

Advogado

☐

Advogado NPJ

☐

Entidades Remessa

☐

Magistrado

☐

Procurador

☐

Servidor

**Sequencial(Intervalo):**

ao

**Data do Movimento(Período):**

à

**Descrição:**

72 registro(s) encontrado(s), exibindo de 1 até 72

500 por pág. ▼

1

Seq.	Data	Evento	Movimentado Por
<input type="checkbox"/>	72	03/05/2022 16:07:05	JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE Cumprimento de intimação - Referente ao evento JUNTADA DE LAUDO (06/04/2022)
			JOÃO ALVES BARBOSA FILHO <b>Procurador</b>
	72.1 Arquivo: Petição	Ass.: JOAO ALVES BARBOSA FILHO 2821484IMPUGNACAOAOLAUDOPERICIAL01.pdf	Público
		<b>LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA</b> (Pelo advogado/curador/defensor de OSVALDO RODRIGUES DA SILVA) em 18/04/2022 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 67) JUNTADA DE LAUDO (06/04/2022) e ao evento de expedição seq. 69.	SISTEMA CNJ
		<b>LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA</b> (Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 18/04/2022 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 67) JUNTADA DE LAUDO (06/04/2022) e ao evento de expedição seq. 68.	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO <b>Procurador</b>
		<b>EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO</b> Para advogados/curador/defensor de OSVALDO RODRIGUES DA SILVA com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 67) JUNTADA DE LAUDO (06/04/2022)	JUCINELMA SIMOES CARVALHO <b>Analista Judiciário</b>
		<b>EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO</b> Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 67) JUNTADA DE LAUDO (06/04/2022)	JUCINELMA SIMOES CARVALHO <b>Analista Judiciário</b>
<input type="checkbox"/>	67	06/04/2022 12:13:34	JUNTADA DE LAUDO
			JUCINELMA SIMOES CARVALHO <b>Analista Judiciário</b>
<input type="checkbox"/>	66	17/03/2022 08:07:59	JUNTADA DE CERTIDÃO
			JUCINELMA SIMOES CARVALHO <b>Analista Judiciário</b>



**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR**

**Processo: 08180298720218230010**

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **OSVALDO RODRIGUES DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente. Assim, supostamente na posse de todos os documentos pleiteia em esfera judicial indenização referente à INVALIDEZ PERMANENTE.

Em que pese o caráter social do Seguro Obrigatório DPVAT, o beneficiário legal da indenização tem que, necessariamente, preencher os requisitos legais para recebimento do referido seguro.

Após a análise da documentação fornecida pelo beneficiário legal da indenização é de suma importância, a fim de concluir se o sinistro é indenizável ou não, cumprindo ressaltar que o Seguro Obrigatório DPVAT é alvo dos mais diversos tipos de fraude.

Neste sentido, o sinistro foi cancelado administrativamente, tendo em vista que a parte não cumpriu as exigências da Lei que regula a matéria.

Noutro giro, após a nomeação de perito as partes apresentaram quesitos para que fosse verificado qual o grau de comprometimento da Invalidez apurada.

Ora Exa., não é crível que com os avanços da medicina, os tratamentos realizados na parte autora serviram para agravar uma possível lesão decorrente do acidente sofrido e não oportunizaram uma melhora.

É certo que o julgador não está adstrito à conclusão contida no laudo pericial, mas a simples leitura do mesmo demonstra que a r. Perito não buscou comprovar um suposto agravamento de eventual lesão, somente limitando-se a responder os quesitos apresentados de maneira simplista e sem qualquer fundamentação.

Pelo exposto, a parte ré impugna o laudo pericial produzido, requerendo que seja afastada a conclusão pericial, devendo ser levado em consideração o conjunto fático-probatório dos autos, sobretudo os documentos médicos acostados na exordial, que demonstram a ausência de agravamento de eventual lesão sofrida à época do acidente capaz de gerar indenização, sendo os pedidos autorais julgados improcedentes.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 27 de abril de 2022.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/RR 451-A**

**DIEGO PAULI**  
**858 - OAB/RR**